

Apresentação

Editorial

Colunas em destaque

Direito & Sociedade

Jurisprudência

Legislativo em Foco

Políticas Públicas

Panorama Internacional

Panorama Nacional

Agenda Cultural

Apresentação

A 31ª Edição do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto à todas(os) que queiram colaborar!

Editorial

Mulheres e a ditadura: uma história de luta e resistência

50 anos após o golpe de 1964, esse editorial do mês de março não poderia deixar de se debruçar, ainda que de modo breve, sobre a temática da ditadura militar no Brasil. Relembrar e repudiar as sistemáticas violações de direitos humanos cometidas nessa época é estabelecer um compromisso mínimo com a democracia e um passo fundamental para combater heranças desse período que, infelizmente, ainda hoje se mostram tão vivas no país.

Nesse pequeno espaço, lembramos e homenageamos, especificamente, as mulheres torturadas, mortas e desaparecidas durante a repressão política, bem como as ex-presas políticas, todas que tão bravamente insurgiram contra o terrorismo de Estado (e que a história ainda insiste, muitas vezes, em ocultar e invisibilizar). Essas mulheres não só ousaram resistir contra um regime opressor, mas também transgrediram o papel social que historicamente foi a elas reservado, apropriando-se de espaços e tarefas tradicionalmente tidas como masculinas e rompendo com a ideologia patriarcal, para lutar, como protagonistas, em nome da liberdade e da justiça social. De outro lado, lembramos também que a opressão e violência cometida por aqueles que estavam no poder incorporava, de modo cruel, a violência de gênero: as mulheres eram violentadas e torturadas de forma específica, destacando-se o papel da violência sexual como forma atingir de forma mais profunda sua integridade física e psíquica.

As mulheres lutaram por outro projeto de sociedade, participando ativamente da luta pela construção da democracia. Também nesse contexto, as mulheres se organizaram, em movimentos de diversos matizes, para denunciar a opressão de gênero, um dos pilares da desigualdade social, e para trazer à pauta temas como sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra a mulher. Sem dúvida, foram lutas históricas importantíssimas que possibilitaram as conquistas relativas aos direitos das mulheres que tivemos até os dias atuais, bem como nos inspira a avançar na concretização de uma sociedade mais igualitária e livre de opressões de todas as ordens.

Assim, é papel desse Núcleo não só relembrar essa história, como estar aberto às demandas atuais das mulheres e se posicionar contra violações de direitos. É por isso que hoje, para além das homenagens já prestadas, também registramos nossa indignação contra a violência policial, tão semelhante àquela enfrentada outrora, que resultou na morte de Cláudia da Silva Ferreira.

Gabriela Justino

Estagiária de Direito

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos a Mulher

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade...

“Como se fosse um saco”

Era manhã de domingo no Morro da Cegonha, em Madureira, no Rio de Janeiro. Sem a preocupação de ir para o serviço naquele dia, a auxiliar de limpeza Cláudia da Silva Ferreira saiu de casa para comprar pão. Talvez, a intenção fosse agradar a família.

Ela vivia com seu marido, o vigia Alexandre Fernandes da Silva, de 41 anos, e com seus quatro filhos – a mais velha é Thais, de 18 anos, que trabalha como caixa de supermercado. Além das suas próprias, Cláudia cuidava de outras quatro crianças, suas sobrinhas. Nenhuma das pessoas que faziam parte do cotidiano e da sua vida imaginariam que, naquele domingo, ela não voltaria com o saco de pães prometido.

No caminho entre a casa e a padaria, Cláudia foi baleada. Os tiros a atingiram na nuca e nas costas. A versão da polícia é de que os projéteis que a perfuraram foram disparados durante uma troca de tiros com traficantes do morro. Os moradores da comunidade afirmam que as balas partiram de armas da própria PM.

Familiares de Cláudia tentaram socorrê-la, mas foram impedidos pelos três agentes envolvidos na ação. “Deram tiro pro alto para afastar as pessoas, eu fiquei parada atrás da blazer para não deixar levar. Eles me empurraram para levar ela. Eu falei que não ia levar e eles me empurraram para levar ela. Se eles quisessem prestar socorro, eles não iam

tentar agredir ninguém. Eles estavam achando que a minha mãe era bandida”, contou Thais, em depoimento a um [telejornal](#).

O que se seguiu foi a barbárie [reproduzida](#) a exaustão durante esta semana que sucedeu o domingo (16): uma mulher pendurada pelos trajes curtos, correspondentes ao calor carioca, sendo arrastada por uma viatura da polícia. O lado direito de seu corpo em contato com o chão, sua carne, já ferida pelos disparos, rasgada pelo asfalto. Seu sangue deixou um rastro de cerca de 250 metros na Estrada Intendente Magalhães, conforme o carro fazia ultrapassagens. Até que, com frieza, os policiais pararam, saíram do carro, e jogaram o corpo pendente de volta para dentro porta-malas e seguem viagem. Quando chegaram ao hospital Carlos Chagas, Cláudia já não tinha mais vida, segundo informou a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

Os subtenentes Rodney Miguel Archanjo e Adir Serrano e o sargento Alex Sandro da Silva, responsáveis pelas lamentáveis cenas, ficaram presos por alguns dias, mas [já estão em liberdade](#) – a juíza Ana Paula Pena Barros, da Auditoria da Polícia Militar, acatou recomendação do Ministério Público. Em depoimento, afirmaram que a trava do porta-malas estaria quebrada e teria aberto sozinha. Um laudo da perícia, entretanto, desmentiu a tese dos agentes.

“Eles arrastaram minha mãe como se fosse um saco e a jogaram para dentro do camburão, como um animal”, gritava Thais aos prantos, em frente aos jornalistas. “A perna dela ficou toda em carne viva. Não podiam ter feito isso com ela”, contou o viúvo Alexandre. Claudia tinha 38 anos. Em setembro, comemoraria 20 de casamento. Ela deixou, além de tristeza e indignação, uma pergunta: por que a polícia militar, não só no Rio de Janeiro, continua a agir de forma truculenta, vitimando tantas pessoas?

Guerra declarada

De acordo com a [última edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), divulgada em novembro de 2013 pelo [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#) (FBSP), ao menos 5 mortes ocorrem durante intervenções policiais todos os dias no Brasil. Isso significa que, em 2012, pelo menos 1.890 pessoas morreram no país pela ação de policiais civis e militares em situação de “confronto”. Samira Bueno, socióloga e diretora executiva da organização, afirma que, por conta da função ostensiva desempenhada pelas polícias militares, são eles os responsáveis pela maioria dessas mortes. “Os números de mortes causadas pela Polícia Civil, com exceção da Bahia, é bem baixo em todos os estados brasileiros”.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

“O Brasil não está para Carnaval nem para Copa”

Ele critica a recente portaria do Ministério da Saúde que mudou as regras sobre aconselhamento genético. Ela é parte da política nacional para atendimento de pacientes com doenças raras no SUS. Cerca de 80% dessas doenças têm caráter genético. Estima-se que 15 milhões de brasileiros tenham algum tipo de doença rara. Pelas novas regras, biólogos e outros profissionais sem formação médica não poderão aconselhar as famílias sobre os riscos de males genéticos. Gollop é mais conhecido por seu empenho de décadas pela descriminalização do aborto. Ele coordena o Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA), entidade que reúne médicos, juristas, antropólogos, biólogos e outros

profissionais. O objetivo do grupo é retirar o tema da esfera do crime e abordá-lo sob o prisma da saúde pública. Nesta entrevista, ele fala sobre os dois assuntos:

ÉPOCA: Por que o sr. diz que o Brasil não está para Carnaval nem para Copa?

Gollop: Devemos nos manter longe da antiga política romana do pão e circo. Não defendo a violência ou a agressão a instituições e pessoas, mas o desejo da população está claro desde junho de 2013. Queremos o fim da corrupção e a preocupação efetiva dos governos com saúde, educação de qualidade e segurança. Os indicadores da educação estão progressivamente piores. A promessa em relação à Copa era de que as cidades-sede tivessem benefícios em relação à infraestrutura. Não é o que estamos vendo e certamente não há tempo hábil para que os benefícios se materializem até junho de 2014. É uma enorme decepção. Mais uma vez fomos enganados pelo poder público.

ÉPOCA: A mais recente polêmica na sua área de atuação é a portaria do Ministério da Saúde sobre aconselhamento genético. Ela determina que só os médicos geneticistas, como o sr., podem oferecer esse serviço. Essa nova regra é benéfica?

Gollop: Essa é uma portaria que me parece ter sido gerada em gabinetes burocráticos por gente que não percebe quais são as demandas da população carente. Enfrentamos enormes dificuldades para atender os portadores de doenças genéticas, especialmente quando elas exigem atendimento de maior complexidade. Genética clínica e médica é uma área multidisciplinar em todos os países desenvolvidos do mundo. Quando estagiei na Universidade de Wisconsin no longínquo ano de 1982, aquele serviço dispunha de enfermeiras, psicólogos, biólogos, assistentes sociais e médicos. Todos juntos eram responsáveis pelo atendimento integrado do consultante.

ÉPOCA: Muitos dos benefícios que o conhecimento sobre biologia molecular trouxe à medicina são resultado do esforço de profissionais sem formação em medicina. É possível afirmar que os biólogos sabem mais sobre genética do que os médicos?

Gollop: Os biólogos têm em seu curso de graduação uma formação em genética humana muito mais profunda do que aquela oferecida na maioria das escolas médicas do Brasil. Nos anos 80, a biologia molecular, a genética do câncer e muitas áreas afins eram um sonho. Hoje elas são uma realidade graças aos esforços de muitos especialistas. Eu mesmo, que sou médico e fiz mestrado, doutorado e livre-docência no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, aprendi muito daquilo que sei com meus professores biólogos. O Centro de Estudos do Genoma Humano da USP é uma prova viva de que não podemos prescindir do conhecimento dos biólogos que lá trabalham. Há muitos exemplos iguais no Brasil: UNICAMP, UFGRS, UFPR etc.

ÉPOCA: O sr. acredita na revogação dessa portaria?

Gollop: É um absurdo que notáveis especialistas sejam proibidos, por meio de uma “canetada”, de exercer, cada um em seu campo de especialidade, suas respectivas atividades. Espero que um mínimo de bom senso prevaleça e essa portaria seja revogada.

ÉPOCA: Os médicos geneticistas disponíveis no Brasil serão suficientes para atender os portadores dessas doenças?

Gollop: Os 160 médicos que pertencem à Sociedade Brasileira de Genética Clínica (eu, entre eles) obviamente não darão jamais conta da demanda. É uma falácia dizer que o SUS vai fornecer remoção de eventuais pacientes que necessitem de aconselhamento genético para centros de referência. Imaginar algo nesse sentido é simplesmente desconhecer as dimensões continentais do Brasil.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Jurisprudência...

STJ mantém punição a Dado com base na Lei Maria da Penha

Em 2010, Dado Dolabella foi condenado pelo 1º Juizado de Violência Doméstica Familiar contra a Mulher do Rio por lesão corporal cometida em outubro de 2008 contra a atriz Luana Piovani e uma camareira, em uma boate na Gávea, na Zona Sul do Rio. Em 2011, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve a condenação, mas considerou que houve uma agressão comum e não violência doméstica.

No entanto, a turma de magistrados do STJ reverteu a decisão e a pena pelo crime de lesão corporal contra Luana Piovani foi mantida em nove meses. A punição está prescrita e ele não cumprirá a pena. Mas o ator terá que cumprir a pena de 2 anos em regime aberto por agressão à camareira Esmeralda de Souza.

A ministra Eleonora Menicucci, da secretaria de Políticas para as Mulheres, divulgou nota oficial elogiando a decisão do STJ.

"Em caso emblemático de agressão à atriz Luana Piovani, o Superior Tribunal de Justiça decidiu por unanimidade que Dado Dolabella deve ser julgado pela Lei Maria da Penha, e manteve a sua condenação. Demonstrando, mais uma vez, seu compromisso com o enfrentamento à violência contra as mulheres, os ministros reconheceram que a Lei Maria da Penha é válida para todas as mulheres que sofrem violência doméstica e familiar e que, por isto, encontram-se em situação de vulnerabilidade. Assim, o STJ, órgão que orienta a aplicação das leis federais no país, definiu que Luana, como todas as mulheres, sofre as consequências de relações de gênero desiguais. Mais uma vez a justiça foi feita: a decisão reafirmou que a Lei Maria da Penha se aplica a todas as mulheres, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, religião e idade. Mais uma vitória das mulheres brasileiras. A Lei Maria da Penha vale para todas nós!", diz a nota.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

TJ da Paraíba reconhece união estável lésbica para fins previdenciários

A união estável entre duas mulheres que mantiveram relação afetiva por mais de 20 anos foi reconhecida, post mortem, na tarde desta terça-feira (18), pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. O relator, desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, reformou a sentença de 1º grau, reconhecendo a relação homoafetiva havida entre Iraci Pereira da Silva e Maria Nacy Barbosa, esta última falecida em 22 de junho de 2012. A decisão terá efeitos para fins previdenciário (pensão por morte).

Nos autos, Iraci alega que conviveu com a companheira sob o mesmo teto por mais de 20 anos, dividindo com ela despesas, esforços e conta bancária, prestando uma à outra assistência material e afetiva. Sustenta ainda que foi designada curadora da companheira (Maria Nacy) antes do falecimento da mesma, e que geriu os bens dela até o último dia de vida.

No voto, o relator afirma que para reconhecimento da união estável é preciso comprovar os requisitos, como convivência duradoura, contínua e pública, com o objetivo de constituir uma família. O desembargador afirma também que a comunhão de vida e de interesses entre as conviventes ficou clara, através dos documentos e das provas testemunhais.

“É inafastável o reconhecimento da pretensão da autora, haja vista que seu relacionamento com a falecida consistia numa relação aparentemente pública, notória, duradoura e, sobretudo, com a qualidade que a doutrina moderna defende”, afirmou.

O magistrado também registrou que o Supremo Tribunal Federal equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, devendo a união homoafetiva ser reconhecida como um núcleo familiar, como qualquer outro.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Legislativo em Foco...

Senado aprova Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

O Senado aprovou nesta terça-feira (25) proposta que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O PLS 298/2013 foi resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que tratou do tema em 2011 e 2012.

De acordo com o projeto, o fundo deve atender, na forma de seu regulamento, os objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na [Lei Maria da Penha](#). A ideia é que os recursos do fundo sejam empregados para melhorar os serviços de assistência às mulheres em situação de violência, bem como prevenção e combate à violência.

A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Para ler a integra, [clique aqui](#)

Políticas Públicas...

Cidade de São Paulo recebe, nesta segunda-feira (24/3), unidade móvel de atendimento às mulheres vítimas de violência

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Eleonora Menicucci, entrega, nesta segunda-feira (24/3), ao município de São Paulo, uma unidade móvel de atendimento destinada às mulheres em situação de violência. A solenidade acontecerá às 14h, no auditório da Prefeitura de São Paulo.

O veículo será entregue ao prefeito Fernando Haddad e à secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Denise Motta Dau. Com esta entrega, a SPM contabiliza um total de 51 unidades móveis repassadas a estados e municípios. Os ônibus fazem parte das ações do [programa 'Mulher, Viver sem Violência'](#), do governo federal.

Estrutura – As unidades móveis estão equipadas com duas salas de atendimento, netbooks com roteador e pontos de internet, impressoras multifuncionais (digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetor externo para telão, toldo, 50 cadeiras, copa e banheiro adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Quem ama abraça - Durante a cerimônia, também será feito o lançamento da Campanha “Quem Ama Abraça – Fazendo Escola”. A campanha é voltada à mobilização de crianças e adolescentes. Nesta edição, ela prioriza o fortalecimento do espaço escolar como campo privilegiado para reflexão e superação da violência contra a mulher. Na ocasião, serão apresentados os materiais que compõem a campanha, que é realizada pela Rede de Desenvolvimento Humano e pelo Instituto MagnaMater, em parceria com a SPM e o Instituto Avon e com apoio da Fundação Ford.

Para ler a integra, [clique aqui](#)

Secretária anuncia criação de seis casas de parto em São Paulo

A secretária municipal de políticas para mulheres, Denise Motta Dau, anunciou nesta quinta-feira (13/3) a criação de seis casas de parto na cidade e a reativação do do serviço aborto legal, através do qual as cidadãs do município poderão se informar sobre os direitos do tema.

Atualmente, a cidade conta com apenas uma casa de parto, localizada no bairro de Sapopemba, na zona leste. Segundo Denise, o oferecimento do parto humanizado também será ampliado nas maternidades da rede pública.

“Este serviço está sendo reativado nos hospitais municipais do Jabaquara e Tide Setúbal. Acho que é uma medida importante para melhorar a qualidade do atendimento da saúde da mulher no município”, disse a secretária.

Denise veio à Câmara para participar da Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, durante a qual foram homenageadas parlamentares, funcionárias e mulheres com atuação de destaque na sociedade civil.

Junto com seu filho Luiz Eduardo, de apenas dois meses de vida, a vereadora Juliana Cardoso (PT) contou como foi sua experiência Hospital Municipal da Vila Nova Cachoeirinha – um dos poucos que oferece o parto humanizado pela rede pública.

“O atendimento lá tem uma qualidade excelente. Me senti completamente acolhida. É um processo de muita luta para garantir o direito ao parto humanizado na cidade de São Paulo. A gente tem o que comemorar, mas ainda falta muito”, declarou a petista.

Juliana é a autora da Lei 15.945, aprovada no final do ano passado, que cria o Programa Centro de Parto Normal – Casa de Parto. A lei, que ainda aguarda regulamentação pelo prefeito Fernando Haddad, estabelece as diretrizes a serem observadas pelas casas de parto da Capital.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

São Paulo terá conselhos municipais para as mulheres em 2015

Apesar de não haver um monitoramento preciso sobre os casos de violência doméstica na capital paulista, existem pelo menos 54 mil processos tramitando com base na Lei Maria da Penha, que pune violência doméstica e sexual contra mulheres, como informou a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Denise Motta Dau, à RBA, em entrevista.

Segundo Motta Dau, os distritos da cidade de maior incidência de atos violentos contra as mulheres são Sapopemba, na zona leste, Cidade Ademar e Campo Limpo, na zona sul e Brasilândia, na zona norte. “Pretendemos refinar o monitoramento em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública”, informou a secretária, que há um ano assumiu uma pasta inédita no município. “A gente se ressentiu de não ter mais apoio do estado.”

Uma das ações para o prioritário combater à violência doméstica será o lançamento, nesta segunda-feira (24), da campanha “Quem Ama Abraça”, que repassará kits aos professores das escolas municipais para orientar debates sobre combate à violência contra a mulher. Além disso, ocorrerá a entrega da primeira unidade móvel para atender as mulheres vítimas de violência, que circulará por distritos da zona sul e leste.

Na entrevista, a secretária afirmou que a Casa da Mulher Brasileira, um centro de atendimento e acolhimento de vítimas de violência doméstica, será entregue ainda este ano, no Cambuci, região central da capital. Na área da Saúde, o município vai capacitar mil profissionais para atender mulheres, de forma que cada região conte com pelo menos 200 deles. A partir de 2015 será instaurado na cidade o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

Para ler a íntegra da entrevista, [clique aqui](#)

Presidenta Dilma lança vacinação nacional contra HPV

A presidenta Dilma Rousseff e o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, participaram, na tarde do dia 10/03 em São Paulo, da cerimônia de lançamento da vacinação nacional contra o HPV.

A presidenta destacou o slogan da campanha "Cada menina é de um jeito, mas todas as meninas precisam de proteção", e reafirmou que é obrigação do Estado garantir proteção a todas. "Vocês vão ter papel protagonista nesse País, porque nós, mulheres, temos mudado progressivamente a situação das mulheres," disse.

O ministro Arthur Chioro destacou a importância da inclusão da vacina no calendário de vacinação de meninas de 11 a 13 anos. "Só nas aldeias indígenas começaremos já com as meninas de 9. Em 2015, vamos vacinar as meninas 9, 10 e 11 anos. Quem se vacinar neste ano precisa tomar a segunda dose daqui a seis meses e tomar reforço daqui a 5 anos", disse.

A vacina, que na rede particular custa R\$ 500 reais, e que deve ser tomada em três doses, acarretaria um custo muito alto para a família brasileira no valor de R\$ 1500. "A vacina HPV é segura e tem reconhecimento da Organização Mundial da Saúde, e faz parte da política de atenção integral à saúde da mulher", afirmou o ministro.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Panorama Internacional ...

Gênero neutro é reconhecido pela Suprema Corte da Austrália

A mais alta corte da Austrália reconheceu, na terça-feira (1/4), que uma pessoa pode ser legalmente reconhecida por um gênero neutro, além de masculino e feminino.

"A Suprema Corte reconhece que uma pessoa pode não ser nem do sexo masculino, nem do sexo feminino, e permite, assim, o registro do sexo de uma pessoa como 'não especificado'", disse, em julgamento unânime, que rejeitou a apelação feita pelo estado de New South Wales para que fossem reconhecidos apenas os sexos masculino e feminino.

O caso foi centrado numa pessoa chamada Norrie – que não se identifica nem como sendo do sexo masculino nem do sexo feminino. Ela entrou com um processo na justiça australiana para que um gênero neutro fosse introduzido no país.

Norrie, que se apresenta apenas pelo primeiro nome, nasceu como homem e passou por uma cirurgia de mudança de sexo em 1989 para se tornar uma mulher.

A cirurgia, contudo, não conseguiu solucionar identidade sexual ambígua de Norrie, impulsionando sua luta pelo reconhecimento de um novo gênero, não tradicional.

A militante pela igualdade sexual virou manchete em todo o mundo em fevereiro de 2010, quando um registro no departamento de Nascimentos, Mortes e Casamentos do estado de New South Wales aceitou que “sexo não especificado” poderia ser usado para Norrie.

Mas logo após a decisão foi revogada pelo departamento, alegando que o certificado era inválido e tinha sido emitido por um erro. À época, Norrie disse que a decisão foi como ter sido “socialmente assassinada”.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Haitianas fazem protesto na fronteira por mais acesso das mulheres à Justiça

Bandeiras e cartazes na mão, elas gritavam palavras de ordem e pediam respeito e justiça para as mulheres, contra a impunidade conveniente com o machismo, o racismo e a xenofobia.

Violações sexuais nas ruas pelos soldados dominicanos, pelos homens nos mercados públicos e, principalmente, pelas autoridades judiciais. Assim vivem as haitianas que moram na fronteira com a República Dominicana. Assim, sob o tema "Criar boas condições para as mulheres para ter justiça é um grande passo no caminho da igualdade entre mulheres e homens", uma série de atividades aconteceram durante toda a semana passada em diferentes departamentos de fronteiras do Haiti e República Dominicana.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Panorama Nacional...

Os corpos das mulheres pertencem ao Estado?

No país em que a obstetrícia é campeã mundial em proporção de cirurgias cesarianas, já se sabe que as mulheres que optam pelo parto natural têm que desafiar inúmeros protocolos e arraigadas práticas médicas, além de preconceitos e muita falta de informação. Mesmo quando conseguem um parto vaginal são, não raro, submetidas a um rol de

violências obstétricas, sem contar as intervenções desnecessárias que seu filho sofre logo após o nascimento. A mulher não é enxergada como a protagonista do momento – muito pelo contrário, parece mero repositório.

Em 01 de abril de 2014, este cenário dantesco conseguiu ficar pior. Ocorreu em Torres, Rio Grande do Sul, um caso que será lembrado não apenas pela violência e pela violação de direitos nele envolvidas, mas principalmente pelo respaldo a ele dado pelas instituições do Estado. Naquela noite, uma mulher em pleno trabalho de parto foi retirada de seu domicílio e levada por dez policiais armados a um hospital, onde foi obrigada, mediante mandado judicial, a se submeter a uma cesárea indesejada e possivelmente desnecessária. Adelir Carmem Lemos de Goes, mulher empoderada que se informou e buscou superar as violências obstétricas já sofridas em partos anteriores, teve mais uma vez usurpado o direito de decidir como seu corpo daria à luz sua filha.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Restrições à esterilização voluntária devem ser revistas

Os direitos sexuais e reprodutivos, temas intrínsecos ao planejamento reprodutivo, somente ganharam relevância após a década de 1960, propulsionados essencialmente pelo ativismo social de movimentos libertários e feministas, o qual deu azo a uma nova concepção sobre sexualidade.

O constituinte brasileiro, sensível a essa mudança, estabeleceu que o “planejamento familiar” — ou, mais adequadamente, planejamento reprodutivo^[1] — é escolhido de forma desembaraçada do Estado, muito embora este tenha o dever de promover a orientação geral, franquear recursos — educacionais e de saúde —, bem como proporcionar proteção individual aos membros da família^[2]. O legislador infraconstitucional, por sua vez, regulamentou tais diretrizes especialmente por duas leis: a Lei 9.263/96 de planejamento reprodutivo e a Lei 11.340/06 de proteção à mulher no ambiente doméstico e familiar.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Nudem, por meio da Anadep, propõe Adin que declara inconstitucional parágrafo 5º, do art. 10 da Lei de Planejamento Familiar

O Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo propôs, por intermédio da Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep), uma ação declaratória de

inconstitucionalidade (ADIn) no STF a fim de que seja declarado inconstitucional o parágrafo 5º, do art. 10, da Lei nº 9263/96 (Lei de Planejamento Familiar).

O referido dispositivo exige que o cônjuge autorize expressamente a mulher a fazer a esterilização conhecida como laqueadura. Para o Nudem, esse dispositivo fere a dignidade humana, o direito à liberdade, a autonomia privada e o planejamento reprodutivo, previsto nos termos do art. 226, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

Hoje, planejamento reprodutivo – antes chamado de familiar – é assim nomeado por conta do avanço no entendimento de que a saúde reprodutiva é direito de cada um autonomamente, e essa pessoa deve ter liberdade para exercer seus direitos sexuais e direitos reprodutivos, como o desejo de ter ou não ter filhos.

O processo tramitará no STF, e após a designação do ministro-relator, será apreciado o pedido liminar. Após ,serão ouvidos o advogado-geral da União e o procurador-geral da República. Contribuíram com pareceres para a fundamentação da ADIn juristas, médicos e organização de mulheres.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Ipea admite erro em pesquisa sobre violência contra mulher

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) divulgou [nota](#) na sexta-feira (05/04) reconhecendo haver erro na pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”, divulgada na última semana. O estudo indicava que mais de que 65% dos entrevistados concordava que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, mas na verdade o índice era de 26%. O resultado motivou debates sobre a violência sexual contra a mulher e teve grande repercussão nas redes sociais.

De acordo com o Ipea, o percentual de 65% referia-se ao total de entrevistados que concordavam com a frase “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. O instituto pediu desculpa pelo erro e informou que o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, Rafael Osório, pediu exoneração assim que o problema foi identificado.

“Corrigida a troca, constata-se que a concordância parcial ou total foi bem maior com a primeira frase (65%) e bem menor com a segunda (26%). “Com a inversão de resultados entre as duas questões, relatamos equivocadamente, na semana passada, resultados extremos para a concordância com a segunda frase, que, justamente por seu valor

inesperado, recebeu maior destaque nos meios de comunicação e motivou amplas manifestações e debates na sociedade ao longo dos últimos dias”.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Sai a primeira indenização federal por morte na gravidez

Em 2002, 1.655 mulheres morreram por complicações na gravidez. Uma delas foi a vendedora Alyne Pimentel, de 27 anos. Aos seis meses de gestação de Ester, sentiu-se mal e procurou a maternidade em que fazia pré-natal, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Alyne sangrou quase um dia inteiro, até ser transferida para um hospital. Foi reanimada. Como não enviaram a ficha médica, passou 8 horas no corredor. Morreu em 16 de novembro. Na véspera, Ester havia sido enterrada.

Na terça feira (08/04), a mãe de Alyne, Maria de Lourdes Pimentel, de 64 anos, vai receber indenização do governo federal. O caso, considerado emblemático por reunir uma série de problemas enfrentados por mulheres de todo o Brasil, foi denunciado à Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2011, o Brasil foi condenado pela morte de Alyne - primeiro caso de mortalidade materna julgado pelo Comitê da ONU para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (Cedaw, na sigla em inglês). Lourdes já sabe o que vai fazer com o dinheiro: contratar um plano de saúde.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Vereador pretende criar vagão só para mulheres

O vereador e presidente da Câmara de Belo Horizonte, Leo Burguês (PT doB), apresentou projeto para criar vagões de metrô exclusivos para mulheres. Apelidado de “vagão rosa”, a medida tenta encontrar solução para as “encoxadas” sofridas por mulheres em metrôs e ônibus, mas a proposta não está agradando a todos.

A ideia do Projeto de Lei 893/2013 é obrigar todos os metrôs a reservarem um vagão especial, em que só mulheres poderão entrar. Nos demais vagões o sistema continuaria o mesmo, sendo frequentado por ambos os sexos. O objetivo da medida é “evitar, principalmente nos horários de pico, o constrangimento de mulheres, reservando um espaço

separado”, declara o vereador. No Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, os vagões exclusivos já estão em funcionamento. No Rio de Janeiro, o mais antigo, funciona apenas nos horários mais críticos.

Opinião contrária

Muitas mulheres são contra a criação do “vagão rosa” e defendem que o assédio precisa ser combatido de maneira mais completa. “O nosso corpo só vai ser respeitado quando estiver entre mulheres? Quando saio do vagão a minha vida continua”, diz Clarisse Goulart, integrante do movimento Marcha Mundial das Mulheres

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Mulheres em Movimento...

Brasiliense cria movimento "Eu não mereço ser estuprada" que já tem quase 45 mil adesões

Moradora do DF, a jornalista Nana Queiroz é a criadora da campanha “Eu não mereço ser estuprada”, que já conta com mais de 44 mil adesões em um evento criado no Facebook. A manifestação foi criada na última quinta-feira (27), quando o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgou uma pesquisa que mostra que [65,1% dos brasileiros concordam, total ou parcialmente, que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”](#). “— Na primeira hora a gente cresceu cem convidados a cada cinco minutos. Isso foi aumentando até chegarmos a quase 250 mil convidados. Também fizemos um grupo no Face para que as propostas não morressem ali.

Para ler a íntegra, [clique aqui](#)

Aconteceu...

O Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, em referência ao Dia Internacional da Mulher, promoveu, no último dia 10 de março, atendimento jurídico e esclarecimentos de dúvidas sobre a temática de violência obstétrica. O evento foi realizado em parceria com Associação Artemis, Faculdade de Obstetrícia da USP e Escola de Artes Cênicas e Humanidades – EACH – Universidade de São Paulo.

O atendimento se deu no período da manhã, na estação Clínicas do Metro, local onde foram distribuídos mais de 3 mil folders sobre a temática.

A violência obstétrica foi escolhida por ser tema de alta relevância, sendo que as denúncias sobre mau atendimento no momento pré parto, parto e pós parto têm sido constantes.

O material distribuído pode ser consultado aqui (<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/Violencia%20Obstetrica.pdf>), lembrando que violência obstétrica caracteriza-se pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.

Além desse evento, diversos outros foram realizados em todo Estado, como Ubatuba, São José dos Campos, Taubaté, Araraquara, Sorocaba e Atibaia e na capital, durante todo o mês de março, organizado pelo CAM Central da Defensoria Pública, serão feitas às sextas-feiras rodas de conversa na av. Liberdade, 32 (no período da manhã) sobre a temática.

Ana Rita Souza Prata

Defensora Pública

Coordenadora Auxiliar do NUDEM

Painel Cultural

Cinema

Filme: A memória que me contam

Sinopse: Um drama irônico sobre utopias derrotadas, terrorismo, comportamento sexual e a construção de um mito. Um grupo de amigos que resistiram à ditadura militar, acompanhados de seus filhos, vão enfrentar o conflito entre o cotidiano de hoje e o do passado quando um deles está morrendo. O filme é dedicado a Vera Silvia Magalhães, uma das mais importantes militantes da resistência à ditadura, no Brasil. Vera foi a única mulher a participar do sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Foi presa em março de 1970, numa casa do bairro do Jacarezinho, junto com outros companheiros, entre eles, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, que assim como Vera, era do MR-8. Dois meses depois, em junho, Vera e outros 39 companheiros partiram para Argélia, após serem trocados pelo embaixador alemão, sequestrado em uma ação da VPR. Vera morreu em 2007. Título Original: A Memória Que Me Contam. País de Origem: Brasil. Gênero: [Drama](#), [Filmes 2012](#). Duração: 95 Minutos.

Para assistir ao filme, [clique aqui](#)

Vídeo

Filme: Mulheres Mula

Sinopse: A série documental mostra que as mulheres mulas são tão vítimas do tráfico de drogas quanto criminosas. Os vídeos relatam ainda a vulnerabilidade dessas mulheres, o que favorece sua entrada no submundo do tráfico de drogas e pessoas; a desigualdade de gênero e as sentenças criminais desproporcionais que as mulheres recebem quanto condenadas. O ITTC promoveu debates durante o lançamento da série documental sobre novas estratégias para viabilizar tratamentos mais humanos e penas mais adequadas para os delitos das mulheres 'mulas'. A série foi exibida pelo ITTC, em São Paulo, na semana passada. Durante esta semana, o ITTC exibirá, em seu site (WWW.ittc.org.br) os vídeos, entre depoimentos e opiniões de entidades e organizações sobre a temática.

Para assistir ao vídeo, [clique aqui](#)

Literatura

Livro: Da guerrilha à imprensa feminista – a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980).

Resenha: Escrito pelas ex-presas políticas Rosalina Santa Cruz e Amelinha Teles, retrata a luta das mulheres contra a ditadura civil e militar e em defesa da anistia dos presos políticos. Com narrativa feminista, a história é contada a partir do relato das protagonistas e dos arquivos dos jornais Brasil Mulher (1975-1980) e Nós Mulheres (1976-1978). Além do depoimento das próprias autoras, o livro traz entrevistas realizadas com outras nove feministas, como Terezinha Zerbini, Joana D'Arc e Iara Prado. O ponto de partida da obra foi a tese de doutorado de Rosalina Santa Cruz, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 2004, e o livro de Amelinha, *A Breve História do Feminismo no Brasil* (editora Brasiliense).

Para visualizar a íntegra, [clique aqui](#)

Livro: "Luta, substantivo feminino".

Resenha: O livro faz o registro da vida e morte de 45 mulheres brasileiras que lutaram contra a ditadura e inclui o testemunho de 27 sobreviventes que narram as brutalidades das quais foram alvo, como torturas no âmbito sexual, alguns casos de partos na prisão e até episódios de aborto.

Exposição

Ditadura 50 anos: Direito à Memória e à Verdade

Sinopse: Uma viagem no tempo e na memória da história recente do Brasil. Essa é a proposta dos organizadores da exposição “Direito à memória e à verdade – a ditadura no Brasil 1964-1985”, que fica em cartaz de 1 a 30 de abril na biblioteca do Memorial da América Latina. O intuito do evento é recuperar e divulgar o que aconteceu nesse período da vida republicana brasileira. A exposição, que percorre o país desde 2006, é promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com a UNESP (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho) e Instituto Vladimir Herzog. São 14 painéis com imagens e textos sobre o período turbulento da ditadura militar – desde a deflagração do golpe militar, em 1964, à retomada da democracia, passando por revoltas estudantis e pelas campanhas de anistia e das ‘Diretas Já’.

SERVIÇO

Exposição:	Direito	à	memória	e	à	verdade	
De	1	a	30	de	abril	de	2014
De	segunda-feira	a	sexta-feira,	das	9h	às	18h
Sábado:		10h		às			17h

Entrada franca (portões 1, 2 e 5)

Local: Memorial da América Latina

O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

[Privacidade e cookies](#)

[Desenvolvedores](#)

[Português \(Brasil\)](#)